



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1023820-93.2021.8.26.0196**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: -----
 Requerido: -----

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ALEXANDRE SEMEDO DE OLIVEIRA**

Vistos.

----- moveu a presente

ação obrigação de não fazer c/c indenizatória por danos morais e tutela antecipada em face da -----, alegando, em suma, ser beneficiária do plano de saúde oferecido pela requerida, cartão coletivo por adesão, e está com 39 semanas de gestação, sendo sua data prevista para o parto dia 04/09/21. Dada a flexibilização das restrições por conta da covid, pediu à requerida o acompanhamento de seu marido e sua doula durante o parto, mas recebeu resposta de que apenas uma pessoa, de escolha da parturiente, seu marido ou a doula, poderia acompanhá-la. Entende que a restrição que lhe foi imposta é incabível. Pede para se condenar a ré no cumprimento da obrigação de não fazer, consistente na abstenção de proibir ou impedir o ingresso da profissional livremente escolhida e contratada pela gestante, durante todo o período de trabalho de parto, parto, e pós-parto, independentemente da presença do acompanhante, bem como a condenação a indenizar-lhe pelos danos morais, por toda a ofensa moral sofrida.

Com a inicial, vieram documentos.

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 1

Por decisão de páginas 98/100 foi deferido os benefícios da justiça gratuita e indeferida a tutela provisória.

Petição de página 103 informando a interposição de Agravo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de Instrumento da decisão de páginas 98/100, mantida por seus próprios fundamentos à página 103.

Às páginas 106/107 houve concessão da tutela recursal.

Citada, a ré ofertou contestação às páginas 112/123, alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva, indicando o Hospital São Joaquim como parte legítima para figurar no polo passivo, pois não possui o poder de negar ou autorizar a entrada de acompanhantes nas dependências de hospital credenciado. Assim, dada que a causa de pedir da ação decorre de negativa do Hospital São Joaquim e não da Unimed Franca, não há que se falar em responsabilidade da requerida. No mérito, alega que nem a requerida nem o Hospital São Joaquim impediram a entrada da doula nas dependências do hospital. No caso da pandemia, o Hospital São Joaquim, como diversos outros, restringiu a entrada a apenas uma pessoa, de escolha da parturiente. Mesmo que tivesse responsabilidade a requerida, a autorização de permitir o ingresso de apenas um acompanhante está em conformidade com os protocolos de segurança para evitar contaminação hospitalar pela COVID-19. Sendo situação excepcional, todas as leis devem ser interpretadas de acordo com o momento. Dada a inexistência de ato ilícito por parte da requerida não há que se falar em dever de indenização. Pede-se acolhimento da preliminar; no mérito pela improcedência dos pedidos da inicial; em caso de condenação em indenização moral, que seja fixada em, no máximo, R\$1.000,00.

Réplica às páginas 226/230.

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 2

Petição da parte autora informando que o parto ocorreu antes da concessão de tutela de urgência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Decido.

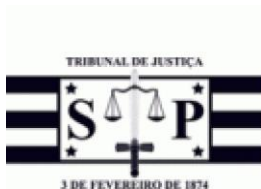
Primeiramente, anoto que a questão debatida entre as partes prescinde de qualquer dilação probatória nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva. Isso porque a ré vendeu à autora um plano de saúde por meio do qual essa última pode gozar dos serviços contratados perante os hospitais indicados no próprio plano. Ora, se o hospital conveniado deixa de cumprir com suas obrigações contratuais, o que se tem na prática é que o próprio serviço oferecido pela ré UNIMED não foi devidamente ofertado. Em situações que tais, a falha da prestação do serviço no final da cadeia retroage para atingir a própria administradora, que ofertou algo ao consumidor sem ter condições de garantir que os serviços ofertados seriam efetivamente prestados. Ainda que ela possa depois, *perante o hospital*, pleitear os valores a que será condenada em regresso, *perante o consumidor* ela é plenamente responsável.

Supera-se, assim, esse ponto.

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 3

Na presente ação, dois eram os pedidos iniciais da autora: a imposição á ré de uma obrigação de fazer (a de permitir que seu parto fosse acompanhado por uma doula além de um acompanhante de sua escolha) e outra de reparação por dano moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No que tange ao primeiro pedido, o feito perdeu o objeto. A tutela de urgência foi inicialmente indeferida e, quando da concessão de efeito ativo em virtude de agravo de instrumento (decisão de 02/09/21) o parto já havia ocorrido (o bebê da autora nasceu em 1º/09/21).

Resta, assim, apenas a análise da ocorrência de dano moral.

Quanto a isso, o feito é procedente.

A negativa da ré em permitir a presença de uma profissional de saúde ao lado da autora por óbvio violou os direitos de consumidor dessa última. A justificativa apresentada por ela é das mais frágeis e se pauta em restrições sanitárias que ela própria não soube justificar no caso concreto.

Repita-se que o pleito da autora não era para encher seu quarto de acompanhantes, mas o de gozar de seu direito a *um único acompanhante* (seu esposo) sem prejuízo de ter ao seu lado uma profissional de saúde que ali estaria para ajudar a autora a um trabalho de parto humanizado. A própria ré, em sua contestação, reconheceu que doula não é acompanhante e, nesse cenário, a negativa de acesso da profissional à sala de parto requeria motivos concretos, máxime porque o pressuposto a essa altura é o de que estaria imune ao vírus chinês, seja pela vacina seja por infecção

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 4

natural prévia.

Assim, o ilícito da negativa da ré é coisa de que não se pode duvidar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os danos morais, no caso, são presumidos. A autora se viu privada, num dos momentos que mais marcam as vidas das mulheres, de um apoio com o qual contava e ao qual tinha direito. Não se pode, assim, circunscrever a situação a meros aborrecimentos.

A indenização deve ser calculada, observando-se o acima dito, conforme ensinamento da Doutrina e da Jurisprudência, segundo dois vetores: gravidade do dano (de forma a compensá-lo da dor sofrida) e capacidade financeira do agente (de forma a evitar a repetição de seu erro).

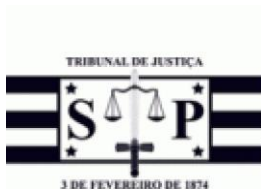
No presente caso, os danos morais são medianos. Por outro lado, a ré é pessoa jurídica de grande capacidade financeira, o que aponta para uma indenização de montante razoável.

Desta forma, fixo a indenização pelos danos sofridos em R\$20.000,00, quantia esta que, ao mesmo tempo em que satisfaz o direito do autor, evita o seu enriquecimento.

Isso posto:

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 5

- a) quanto ao pedido condenatório de obrigação de fazer, **EXTINGO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, fazendo-o com base no artigo 485, do Código de Processo Civil;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE FRANCA
FORO DE FRANCA
5ª VARA CÍVEL
 AV. PRESIDENTE VARGAS, 2650, Franca - SP - CEP 14402-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a) quanto ao mais, julgo-o **PROCEDENTE** para condenar a parte ré a pagar, em favor da parte autora, a quantia de R\$20.000,00 atualizada monetariamente pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a presente data.

Custas e honorários (estes fixados em 10% sobre o valor da causa condenação) pela parte ré.

PRI..

Franca, 30 de novembro de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1023820-93.2021.8.26.0196 - lauda 6